



EDITAL Nº 017/2021

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA MEs / EPPs

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO REALIZADO POR MEIO DA INTERNET

TIPO: MENOR PREÇO

PROCESSO Nº: 037/2021 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM COTA EXCLUSIVA PRA ME/EPP OU EQUIPARADAS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMATICA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG., conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO ATÉ: 17:00 horas do 28/05/2021.

RECEBIMENTO DE PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: 17:00 horas do 28/05/2021.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 09:00 horas do dia 02/06/2021.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 09:01 horas do dia 02/06/2021.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:01horas do dia 02/06/2021.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço:

www.portaldecompraspublicas.com.br.



EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.017.418/0001-77 com sede a Rua José da Cruz, nº 09, Centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sr.^a ANA PEREIRA NETA por meio do seu Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, designados pela Portaria Municipal nº 070 de 10 de maio de 2021, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo menor preço, para aquisição do objeto especificado no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído à Prefeita Municipal e propor a homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente na página <http://botumirim.mg.gov.br/> e no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



1 DO OBJETO:

1.1. REGISTRO DE PREÇOS COM COTA EXCLUSIVA PRA ME/EPP OU EQUIPARADAS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital.

1.2. Cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

1.3. Cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI): destinada à participação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

1.4. A estimativa referida no Anexo I constitui-se uma mera previsão dimensionada, não estando a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo a licitante o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

2 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

2.1. A Administração não é obrigada a contratar as quantidades registradas, observado o direito de preferência, em igualdade de condições, do beneficiário da Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados do ramo pertinente ao seu objeto e que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital, observado o disposto no artigo 48 incisos I e III da LC 123/2006, de acordo com o tipo do item (exclusivo para beneficiários da LC123/06, reservado para beneficiários da LC 123/06 ou principal), conforme o ANEXO I – Termo de Referência, deste edital.

3.2. Somente poderão participar da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, até o horário estipulado para o início da sessão, conforme dispõe o item 1 deste Edital.

3.3. Poderá participar do presente pregão eletrônico, a empresa que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrado junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site



www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.4. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.5. A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.6. Não poderão participar deste Pregão:

- a) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresa ou sociedade estrangeira, sem autorização de funcionamento no país;
- c) Empresa suspensa de contratar com o Município de Botumirim/MG;
- d) Empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- e) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- f) Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação.

4 – DA REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO:

4.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante; não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Botumirim/MG, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

5.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante



e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca do produto, valor unitário e valor total, por item e demais informações necessárias, até o horário previsto neste Edital.

5.1.1. A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico no Portal de Compras Públicas.**

5.2. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsideradas.

5.5. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário para cada item em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo **duas casas decimais**;

b) Prazo de entrega máximo é aquele indicado no ANEXO I – Termo de Referência;

c) Inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: preço, despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;

5.5.1. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias a contar da data aprazada para sua entrega.

5.5.2. O prazo de entrega é aquele previsto no Termo de Referência, independente do constante na proposta apresentada;

5.5.3. Quaisquer inserções na proposta que visem a modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

5.6. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de natureza formal, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

5.7. Não sendo emitida a Nota de Empenho dentro do prazo de validade da proposta vencedora, esta poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

6 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO:



6.1. O Pregoeiro, via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

6.2. A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1. Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo **valor unitário de cada item**, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

7.4. Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedado a identificação do seu detentor.

7.5. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.6. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO:

8.1. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:



9.1. Após encerrar a etapa de lances e concluir a negociação, quando houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

9.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.

9.3. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município, ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

9.4. Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito, ou ainda, se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

9.5. **Nos itens da cota principal**, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada; situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

b) O Sistema encaminhará mensagem automática, por meio do chat, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido;

c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na Condição prevista no caput, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no caput desta condição, o Sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

9.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



9.7. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.8. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

9.9. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará a respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

10 – DA HABILITAÇÃO:

10.1. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

10.1.1. Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; **ou** ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e em vigor; e no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados; **ou** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.1.2. Regularidade Fiscal:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Dívida Ativa da União) e da Secretaria da **Receita Federal**, inclui a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

d) certidão que prove a regularidade para com a **Fazenda Estadual**;

e) certidão que prove a regularidade para com a **Fazenda Municipal** da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;

f) certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), em seu prazo de validade.

10.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:



I – Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

II - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado:

- (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e
- (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a licitante prestado serviço compatível como o objeto desta licitação, considerando-se compatível a execução anterior de serviços com as mesmas características;

10.2. Demais documentos:

- a) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação;
- b) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- c) Declaração de que não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

10.2.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.2.2. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.2.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.2.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação



dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.2.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.2.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.2.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.2.9. Os documentos de habilitação deverão ser remetidos preferencialmente com autenticações digitais realizadas por cartório, de modo que toda autenticação digital venha como o código ou chave de verificação para conferência eletrônica da veracidade do documento por parte do Pregoeiro e Equipe de Apoio.

10.2.10. Caso não seja possível a autenticação digital dos documentos de habilitação por meio da internet, os mesmos deverão ser enviados em original ou por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas ou por servidor/funcionário da Prefeitura Municipal de Botumirim/MG, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de no máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do final da sessão pública, juntamente com a proposta de preços em envelope fechado e identificado com dados da empresa e do pregão eletrônico, conforme estabelecido neste Edital.

10.2.11. A critério do pregoeiro o prazo poderá ser prorrogado.

11 DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

11.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

11.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.



11.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (**dois**) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (**três**) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (**dois**) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

11.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

11.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

11.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

11.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

11.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

12 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma



motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.3. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.

14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

15 – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO:

a) Entregar o objeto licitado conforme especificações deste edital, ANEXO I e em consonância com a proposta de preços;

b) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

d) Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

e) Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

f) Arcar com todas as despesas com transporte, taxas ou quaisquer outros acréscimos, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

16 – DO PRAZO DE ENTREGA:

16.1. A entrega do objeto licitado deverá ser efetuada no prazo e condições descritos no ANEXO I deste Edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

17 - DO PRAZO PARA A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

17.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até **05 (CINCO)** dias uteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante



correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até **05 (CINCO)** dias uteis, a contar da data de seu recebimento.

18 – DAS PENALIDADES:

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

18.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

18.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

18.1.3. Apresentar documentação falsa;

18.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

18.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.6. Não mantiver a proposta;

18.1.7. Cometer fraude fiscal;

18.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.9. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93.

18.1.10. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de Botumirim/MG**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

18.1.11. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo Nº 87, da Lei Nº 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de Botumirim/MG**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de Botumirim/MG**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria



autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. Nº 87 da Lei Nº 8.666/93, c/c art. Nº 7º da Lei Nº 10.520/02 e art. Nº 14 do Decreto Nº 3.555/00.

18.1.12. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

18.1.13. Serão publicadas na Imprensa Oficial do Município de Botumirim/MG, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.3, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

18.1.14. **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

18.1.15. **PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:**

a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19 – DO PAGAMENTO:

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



20 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21 – DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

21.1. A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será da Secretaria Municipal de Assistência Social de Botumirim/MG, através dos servidores designados para tanto;

21.2. O Órgão Gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser pago pela Administração.

21.3. Os pedidos de alteração de marca, concessão de prazos de entrega, entre outros pedidos formulados pelos fornecedores, deverão ser encaminhados ao Órgão Gerenciador para análise, aprovação ou não.

21.4. Compete também, ao Órgão Gerenciador, notificar a Contratada, através da secretaria responsável pela fiscalização do contrato ou pelo servidor que recebe os materiais/serviços a fazer a entrega/substituição/reparação dos mesmos, caso necessário.

21.5. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir; sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

21.6. Os critérios descritos no ANEXO I serão de observância obrigatória tanto para avaliação das propostas, quanto durante o período de vigência do registro dos preços.

22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.13. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.14. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar

22.15. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.



22.16. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala de Reuniões com a Equipe de Pregão, no Endereço Rua José da Cruz, 09, Centro, Botumirim/MG, nos dias úteis, no horário das 07:00 às 11:00 e de 13:00 às 17:00 hs no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO;

Botumirim/MG, 20 de maio de 2021.

ANTONIO AUGUSTO ROSA JUNIOR

Pregoeiro Municipal



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0037/2021**

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS COM COTA EXCLUSIVA PRA ME/EPP OU EQUIPARADAS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMATICA EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE BOTUMIRIM/MG., conforme especificações e condições estabelecidas neste instrumento

1.1. Cota de ampla participação: destinada à participação de todo e qualquer interessado que atenda à todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com valor total acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

1.2. Cota reservada para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI): destinada à participação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI), nos termos do inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

1.3. A estimativa referida no Anexo I constitui-se uma mera previsão dimensionada, não estando a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG obrigada a realizá-la em sua totalidade, e não cabendo a licitante o direito de pleitear qualquer tipo de reparação.

COTA RESERVADA PARA ME/EPP OU EQUIPARADAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
0001	APARELHO DE GPS MANUAL P/ MEDIÇÕES E LOCALIZAÇÕES	UNIDADE	1,00
0002	CAIXINHA DE SOM PARA COMPUTADOR 2021: ESPECIFICAÇÕES: - CANAIS DE SOM: 2.0 - CONECTOR: USB - COR: PRETA - POTÊNCIA: 3W - VOLTAGEM: BIVOLT - DIMENSÃO APROXIMADA: 5.5 X 6.4 X 7.2CM	UNIDADE	66,00



0003	<p>COMPUTADOR COMPLETO. 2021: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>1-PROCESSADOR</p> <p>1.1-OS MÓDULOS INSTALADOS DEVEM SER HOMOLOGADOS PELA FABRICANTE OU SER DO MESMO FABRICANTE DO COMPUTADOR OFERTADO;</p> <p>1.2-PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 6 CORES E MÍNIMO DE 6 THREADS;</p> <p>1.3-CLOCK REAL DE MÍNIMO DE 3.00 GHZ, MÍNIMO DE CACHE L2 OU L3 DE 8 MB E FSB DE, NO MÍNIMO, DE 2400 MHZ;</p> <p>1.4-DE GERAÇÃO MAIS RECENTE COMERCIALIZADA NO BRASIL (AMD, INTEL OU SIMILAR)</p> <p>2- MEMÓRIA</p> <p>2.1-INSTALADA 8 GB;</p> <p>2.2-PADRÃO DDR4, CLOCK, DE MÍNIMO DE 2400 MHZ;</p> <p>2.3-EXPANSÍVEL MÍNIMA DE 32GB;</p> <p>2.4-DEVE IMPLEMENTAR TECNOLOGIA DUALCHANNEL;</p> <p>2.5-PELO MENOS UM SLOT ESTEJA VAZIO E DISPONÍVEL PARA FUTURA EXPANSÃO.</p> <p>OBS.:CASO O EQUIPAMENTO TENHA DOIS SLOTS, ELE NÃO SERÁ ACEITO SE OS DOIS SLOTS ESTIVEREM POPULADOS COM UMA MEMÓRIA DE 4GB CADA (JÁ QUE NÃO RESTARÁ ESPAÇO PARA EXPANSÃO).</p> <p>3-BIOS</p> <p>3.1-BIOS FLASH ROM COM SUPORTE A FLASH RECOVERY (4 MB) E COMPATÍVEL COM PLUG & PLAY, SMBIOS</p> <p>2.3.1, ACPI 2.0, WFM 2.0;</p> <p>4-PLACA-MÃE</p> <p>4.1-NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES EM REGIME OEM OU PERSONALIZAÇÕES;</p> <p>4.2 ARQUITETURA COMPACTA (MICRO-ATX,MINI ITX OU SIMILARES);</p> <p>4.3-PORTA DE VÍDEO PADRÃO VGA INTEGRADA A PLACA-MÃE;</p> <p>4.4-PELO MENOS UMA PORTA DE VÍDEO DE ALTA DEFINIÇÃO INTEGRADA À PLACA-MÃE;</p> <p>4.5-UMA INTERFACE/CONTROLADORA DE VÍDEO EXTRA, SENDO CONECTOR 1 VGA OU DVI, MÍNIMO DE 2(DUAS) DISPLAYPORT, MÍNIMO DE 1(UMA) HDMI, INTEGRADO À PLACA-MÃE;</p> <p>4.6-CONTROLADORA DE REDE GIGABIT ETHERNET 10/100/1000BASE-TX COM 01(UM) CONECTOR RJ-45, ONBOARD;</p> <p>4.7-CONTROLADORA DE DRIVE COM 02 (DOIS) CONECTORES SATA 3.0 (6GB/S) E 01 (UM) CONECTOR SATA2.0 (3GB/S);</p> <p>4.8-ACOMPANHA: 02 (DOIS) CABOS SATA;</p> <p>4.9-AO MENOS 01 (UM) SLOT PCI EXPRESS X1, X4 OU X16 NÃO POPULADO;</p> <p>4.10-PELO MENOS 1(UMA) PORTA DE EXPANSÃO DE MEMÓRIA RAM NÃO POPULADA;</p> <p>4.11-CONECTORES DE ÁUDIO DE ENTRADA (MIC / LINE-IN) E SAÍDA (SPEAKER / LINE-OUT), E INTERNOS (FONE DE OUVIDO E MICROFONE) PARA A PARTE FRONTAL DO EQUIPAMENTO, COMPATÍVEL COM ESPECIFICAÇÃO ÁUDIO HD, ON-BOARD;</p> <p>4.12- MÍNIMO DE 6(SEIS) CONECTORES USB COM PELO MENOS 02 (DOIS) CONECTORES USB 3.0 OU SUPERIOR;</p> <p>5-GABINETE</p> <p>5.1-POSSUI SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE AR INTERNO OU SISTEMA DE RESFRIAMENTO SIMILAR;</p> <p>5.2-POSSUIR CONECTORES FRONTAIS DE USB, MICROFONE E ÁUDIO;</p> <p>5.3-NÃO SERÃO ACEITOS HUBS;</p> <p>5.4-NÃO SERÁ ACEITO GABINETE TIPO MONOBLOCO (INTEGRADO AO MONITOR)</p> <p>5.5-O GABINETE DEVERÁ TER CARACTERÍSTICAS “TOOL LESS”, ISSO É, NÃO HÁ NECESSIDADE DE USO DE FERRAMENTAS PARA: ABERTURA DO GABINETE E REMOÇÃO DE DISCO RÍGIDO, UNIDADE ÓPTICA E UNIDADE DE DISQUETE;</p>	UNIDADE	19,00
------	--	---------	-------



5.6-NÃO SERÃO ACEITAS ADAPTAÇÕES, TAIS COMO O USO DE PARAFUSOS RECARTEILHADOS;

5.7-O GABINETE BEM COMO TODOS OS SEUS COMPONENTES INTERNOS DEVEM ESTAR EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO INTERNACIONAL ROHS;

5.8-POSSUIR FERRAMENTAS DE DIAGNÓSTICO DE FALHA DE BOOT E COMPONENTES DE HARDWARE E SOFTWARE QUE FACILITEM O SERVIÇO DE AVALIAÇÃO E SERVIÇO DE SUPORTE, QUANDO NECESSÁRIO E CONVOCADO, CONFORME ABAIXO:

5.9.1-LEDS NO PAINEL FRONTAL DO GABINETE COM COMBINAÇÃO DE SINAIS PARA DIAGNÓSTICO DE FALHAS DE COMPONENTES DE HARDWARE COMO: PROCESSO DE PRÉ-BOOT P.O.S.T (POWER-ON SELF-TEST), BIOS, PROCESSADOR, PLACA-MÃE, MEMÓRIA RAM, PLACA DE VÍDEO, DISCO RÍGIDO, USB E ENTREGA DE SISTEMA OPERACIONAL, OU SE O FORNECEDOR POSSUI UMA FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO ROBUSTA O SUFICIENTE PARA OPERAR COM COMPONENTES VITAIS FUNCIONANDO PARCIALMENTE OU EM FALTA (TAIS COMO PROCESSADOR, MEMÓRIA RAM E PLACA-MÃE) ;

5.9.2-COMBINAÇÕES DE CÓDIGOS DE “BEEPS” QUE SINALIZEM INFORMAÇÕES PRÉVIAS DE FALHA DE BOOT DE COMPONENTES DE HARDWARE;

5.9.3-GRUPOS DE MENSAGENS DE ERRO NA TELA DO MONITOR QUE SINALIZEM INFORMAÇÕES PRÉVIAS DE FALHA DE BOOT DE COMPONENTES DE HARDWARE;

5.9.4-OPÇÃO DE FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO, FUNÇÕES DE TESTES RÁPIDOS E IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS DENTRO DA BIOS PARA NO MÍNIMO DRIVE DE DISCO E BOOT.

6-FONTE DE ALIMENTAÇÃO

6.1-POSSUIR EFICIÊNCIA DE 85% OU SUPERIOR A UMA CARGA NOMINAL DE 50%, COM TECNOLOGIA PFC ATIVO (ACTIVE POWER FACTOR CORRECTION);

6.2-FONTE DE ALIMENTAÇÃO DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM CONSUMO E POTÊNCIA DE MÍNIMO DE 180 WATTS REAL E NO MÁXIMO 260 WATTS REAL;

6.3-CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO BIVOLT 110/220 VAC - 50/60 HZ;

6.4-POSSUI PFC ATIVO;

6.5-PADRÃO ATX / BTX OU SUPERIOR;

6.6-TOTAL COMPATIBILIDADE COM A PLACA-MÃE E COMPONENTES FORNECIDOS;

7-DISCO RÍGIDO

7.1-ARMAZENAMENTO DE PELO MENOS 500 GB;

7.2-INTERFACE SATA 3.0 (6GB/S), COM TECNOLOGIA DE ESTADO SÓLIDO - SSD;

8-ÁUDIO

8.1-ÁUDIO TIPO HIGH DEFINITION (HD) ÁUDIO;

8.2-POSSUIR ALTO-FALANTE DE NO MÍNIMO 01 WATT INTERNO AO GABINETE;

9-ADAPTADOR DE REDE

9.1-UM ADAPTADOR DE REDE ETHERNET 10BASET/100BASETX/1000BASET; ESTE DOCUMENTO UTILIZA – TIPO: ECOFONT VERA SANS TAMANHO DO CORPO DO TEXTO 10 PARA IMPRESSÃO SUSTENTÁVEL

9.2-EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES IEEE 802.1P, 802.1Q,802.3, 802.3AB;

9.3-AUTOSENSE, COM CONECTORES TIPO RJ45;

10-MONITOR DE VÍDEO

10.1-TELA PLANA DE 19.5” (POLEGADAS) LED DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO;

10.2-DEVENDO SEGUIR O MESMO PADRÃO DE CORES DO GABINETE, SERÃO ACEITOS MONITORES EM REGIME DE OEM MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DO INTEGRADOR, GARANTINDO O FUNCIONAMENTO DO MESMO DURANTE A VIGÊNCIA DA GARANTIA, MANTENDO OS MESMOS PADRÕES DE GARANTIA DO



	<p>GABINETE; 10.3-RESOLUÇÃO WXGA+ (1600X900); 10.4-DOT PITCH HORIZONTAL MÁXIMO DE 0.28 MM; 10.5-CONTRASTE ESTÁTICO DE 1000:1; 10.6-LUMINÂNCIA DE 250 CD/M²; 10.7-TEMPO DE RESPOSTA DE 5 MS; 10.8-POSSUI CONTROLES DIGITAIS PARA TODOS OS AJUSTES (BRILHO, CONTRASTE, TAMANHO, POSIÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA TELA). 10.9-SELETOR DE TENSÃO AUTOMÁTICO AC 100/240V -50/60HZ; 11-TECLADO 11.1-ENHANCED BRASIL ABNT2, 104 TECLAS; 11.2-POSSUI APOIO ERGONÔMICO; 11.3-INTERFACE DE CONEXÃO USB; 11.4-TECLADO DO MESMO FABRICANTE DA CPU E MANTER OS MESMOS PADRÕES DE CORES DO GABINETE; 12-MOUSE 12.1-MOUSE TIPO ÓPTICO; 12.2-CONEXÃO TIPO USB ; 12.3-RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 800 DPI; 12.4-DO MESMO FABRICANTE DO COMPUTADOR OFERTADO; 12.5-MESMO PADRÃO DE CORES DO GABINETE E DO MESMO FABRICANTE; 12.6- 3 BOTÕES COM SCROLL; 12.7-ACOMPANHA MOUSE-PAD; 12.8-TAMANHO PADRÃO PARA DESKTOP.</p>		
0004	<p>COMPUTADOR DESKTOP, PROCESSADOR MÍNIMO TIPO CORE I7 DE 7ª GERAÇÃO OU SUPERIOR, MEMÓRIA RAM DDR4 DE NO MÍNIMO 8GB, DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 1TB, MONITOR 18,5''(1366 X 768) MOUSE USB, 800DPI , 2 BOTOES , ESCROOL COM FIO, FONTE COMPATÍVEL COM O ITEM, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 OU WINDOWS 10 64 BITS LICENCIADO, TECLADO USB, ABNT2 , 107 TECLAS COM FIO , INTERFACE DE REDE 108/100/1000, INTERFACE DE VIDEO INTEGRADA, PLACA MÃE COM CHIPSET TIPO O CONECTOR DE ENERGIA PADRAO ATX, UNIDADE DE DISCO OPTICO CD/DVD ROM, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES</p>	UNIDADE	3,00
0005	<p>COMPUTADOR DESKTOP, PROCESSADOR PROCESSADOR DE NO MÍNIMO6 CORES E MÍNIMO DE 6 THREADS, CLOCK REAL DE NO MÍNIMO DE 3.00 GHZ, MÍNIMO DE CACHE L2 OU L3 DE 8 MB E FSB DE NO MÍNIMO 2400 MHZ OU SUPERIOR, DE GERAÇÃO MAIS RECENTE COMERCIALIZADA NO BRASIL., MEMÓRIA RAM DDR4 DE NO MÍNIMO 6GB, DISCO RÍGIDO MÍNIMO DE 1TB, MONITOR 18,5''(1366 X 768) MOUSE USB, 800DPI , 2 BOTOES , ESCROOL COM FIO, FONTE COMPATÍVEL COM O ITEM, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 OU WINDOWS 10 64 BITS LICENCIADO, TECLADO USB, ABNT2 , 107 TECLAS COM FIO , INTERFACE DE REDE 108/100/1000, INTERFACE DE VIDEO INTEGRADA, PLACA MÃE COM CHIPSET TIPO O CONECTOR DE ENERGIA PADRAO ATX, UNIDADE DE DISCO OPTICO CD/DVD ROM, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.:</p>	UNIDADE	3,00



0006	DATA SHOW TIPO PROJETOR DE MESA, RESOLUÇÃO MÁXIMA TOTALMENTE EM CORES, 16,77 MILHÕES DE CORES, LUMINOSIDADE DE 3000 LÚMENS DE BRILHO (EMIÇÃO DE LUZ BRANCA E EMIÇÃO DE LUZ COLORIDA) LÂMPADA, UHE (EFICIÊNCIA ULTRA-ALTA) / CONSUMO DE 200 W / MODO DE CONSUMO DE ENERGIA NORMAL: ATÉ CERCA DE 4000 HORAS - MODO DE CONSUMO DE ENERGIA ECO: ATÉ APROXIMADAMENTE 5000 HORAS, LENTE FIXA - FOCO MANUAL, F-N 1,44, FOCO 16.7MM, ZOOM 1.0 - 1.35 DIGITAL, OUTRAS FUNÇÕES: PROJEÇÃO DE IMAGEM E VÍDEO, REQUISITOS DO SISTEMA: COMPATIBILIDADE DA PORTA USB TYPE B: COMPATÍVEL COM USB 1.1, 2.0 OU 3.0 PARA EXIBIÇÃO USB OU USO COMO MOUSE EXTERNO / COMPATIBILIDADE DA PORTA USB TYPE A: UMA PORTA COMPATÍVEL COM USB 1.1 E 2.0 PARA DISPOSITIVO USB, VGA (MINI D-SUB 15 PIN) X 1, VÍDEO COMPOSTO (1 RCA) X 1, S-VÍDEO (MINI DIN 4 PIN) X 1, VÍDEO COMPONENTE (COMPARTILHADO COM ENTRADA VGA) X 1, ÁUDIO (RCA) X 1, USB TIPO B X 1 (VÍDEO DE COMPUTADOR), 1 HDMI.	UNIDADE	5,00
0007	ESABILIZADOR 2021: ESTABILIZADOR 1 KVA BIVOLT AUTOMÁTICO - POTÊNCIA: 1000VA – VARIAÇÃO DE ENTRADA : 90 A 147,2V- TENSÃO DE SAÍDA: 115V +/- 6% - MICROPROCESSADO COM 8 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO – RENDIMENTO 92% - FREQUÊNCIA DE ENTRADA: 60HZ VARIÁVEL DE 57 A 63 HZ – NÃO INTRODUZ DISTORÇÃO HARMÔNICA - TEMPO MÁXIMO DE RESPOSTA: 2 CICLOS DE REDE ELÉTRICA – FUNÇÃO TRUE RMS – CHAVE LIGA/DESLIGA EMBUTIDA – MÍNIMO DE 4 TOMADAS ELÉTRICAS DE SAÍDA NO PADRÃO NBR 14136, SENDO UMA DELAS ESPAÇADA PARA LIGAR FONTES DE EQUIPAMENTOS – FUSÍVEL REARMÁVEL – FILTRO DE LINHA INTERNO QUE ATENUA RUÍDOS PREVENIENTES DA REDE ELÉTRICA EM MODO COMUM E DIFERENCIAL – POSSIBILITAR O MONITORAMENTO REMOTO DO AMBIENTE E ALARME ATIIINTRUSÃO – PROTEÇÃO CONTRA SURTOS DE TENSÃO PROVENIENTES DA REDE ELÉTRICA – PROTEÇÃO CONTRA SUBTENSÃO E SOBRETENSÃO COM DESLIGAMENTO E REARME AUTOMÁTICO – PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA E SOBREAQUECIMENTO COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO - ATENDE A NORMA BRASILEIRA PARA ESTABILIZADORES DE TENSÃO NBR 14373:2006 – GARANTIA MÍNIMA DE FÁBRICA DE 01 ANO, INCLUSO PEÇAS.	UNIDADE	81,00
0008	ESTABILIZADOR 300 W 04 TOMADAS 110 V ~ 220V	UNIDADE	5,00
0009	ESTABILIZADOR 500 W MONO	UNIDADE	5,00
0010	ESTABILIZADOR DE ENERGIA SMS PROGRESSIVE III 1000VA 115 6 NT 16216 BIVOLT / 110V:	UNIDADE	5,00
0011	FONE PARA NOTEBOOK E PC C/MICROFONE HEADSET P2 PRETO-PH002:	UNIDADE	3,00
0012	GPS PORTATIL: GPS PORTÁTIL RESISTENTE COM CAPACIDADES MELHORADAS-MAPA DE BASE MUNDIAL-VISOR MONOCROMÁTICO DE 2,2", DE LEITURA FÁCIL EM QUAISQUER CONDIÇÕES DE ILUMINAÇÃO-GPS E SATÉLITES GLONASS PARA UM POSICIONAMENTO MAIS RÁPIDO-GEOCACHING TOTALMENTE DIGITAL-25 HORAS DE VIDA ÚTIL DA BATERIA COM 2 PILHAS.	UNIDADE	4,00



0013	IMPRESSORA 2021: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA. - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER; - CICLO DE NO MÍNIMO 50.000 PÁGINAS VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: - A4: ATÉ 38 PPM - CARTA: ATÉ 40 PPM PRETO - SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: EM ATÉ 6,3 SEGUNDOS PRETO - DUPLEX PRINT SPEED A4: ATÉ 31 IPM RESOLUÇÃO DE CÓPIA: - PRETO: ATÉ 600 X 600 DPI (TEXTOS E GRÁFICOS) - COR: ATÉ 600 X 600 DPI (TEXTOS E GRÁFICOS) RESOLUÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO: - HARDWARE: ATÉ 1200 X 1200 DPI - ÓTICA: ATÉ 1200 X 1200 DPI - QUE PERMITA A DIGITALIZAÇÃO EM E-MAIL, IMAGEM, OCR E ARQUIVO; - DIGITALIZADOR RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO PRETO: - MÍNIMO 1200 DPI (APRIMORADO ATÉ 4800 X 600 DPI) CONECTIVIDADE PADRÃO: - 1 X USB DE ALTA VELOCIDADE 2.0 - 1 X HOST USB TRASEIRO - 1 X PORTA USB FRONTAL - REDE GIGABIT ETHERNET LAN 10/100/1000BASE-T - RÁDIO WI-FI 802.11B/G/N/2,4/5 GHZ CAPACIDADE SEM FIOS: -BANDA DUPLA WI-FI INTEGRADA; AUTENTICAÇÃO VIA WEP, WPA/WPA2, WPA ENTERPRISE; CRIPTOGRAFIA VIA AES OU TKIP; WPS; WI-FI DIRECT; B	UNIDADE	8,00
0014	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA COM 04 NÍVEIS DE COLORAÇÃO, SENDO 01 PRETO E 03 COLORIDAS E COM TANQUE INTERNO, IMPRESSÃO WIRELESS E COM CICLO DE IMPRESAO MÍNIMO DE 7000 COPIAS COLORIDAS E 4000 EM PRETO POR TANQUE	UNIDADE	10,00
0015	MOUSE 2021: MOUSE TIPO ÓPTICO; CONEXÃO TIPO USB ; RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 800 DPI; DO MESMO FABRICANTE DO COMPUTADOR OFERTADO; MESMO PADRÃO DE CORES DO GABINETE E DO MESMO FABRICANTE; BOTÕES COM SCROLL; ACOMPANHA MOUSE-PAD; TAMANHO PADRÃO PARA DESKTOP.	UNIDADE	85,00
0016	MOUSE ÓPTICO BÁSICO COM FIO DE NO MÍNIMO 1,0M DE COMPRIMEWNTO E TRÊS BOTÕES COM SCROLL E ENTRADA PADRÃO USB, COM TECNOLOGIA ÓPTICO DE NO MÍNIMO DE 800 DPI.	UN	15,00
0017	MOUSE ÓPTICO SEM FIO DE 2.4 GHZ, TRÊS BOTÕES COM SCROLL, CONECTOR WIRILESS USB, BOTÃO COM FUNÇÃO DPI, COM TECNOLOGIA ÓPTICO DE NO MÍNIMO DE 800 DPI	UNIDADE	10,00
0018	MOUSE PAD COM GEL	UNIDADE	50,00



0019	<p>NOBREAK 2021: - SAÍDA PADRÃO USB E RS-232 PARA COMUNICAÇÃO INTELIGENTE; - MODELOS BIVOLT AUTOMÁTICO: ENTRADA 115/127V~ OU 220V~ E SAÍDA 115V~. - FILTRO DE LINHA. - ESTABILIZADOR INTERNO COM 4 ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO. - FORMA DE ONDA SENOIDAL POR APROXIMAÇÃO (RETANGULAR PWM). - DC START; - BATTERY SAVER; - AUTODIAGNÓSTICO DE BATERIA; - RECARGA AUTOMÁTICA DA BATERIA EM 4 ESTÁGIOS, MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO. - CONECTOR DO TIPO ENGATE RÁPIDO PARA CONEXÃO DO MÓDULO DE BATERIA EXTERNO AO NOBREAK. - RECARREGADOR STRONG CHARGER; - FUNÇÃO TRUE RMS; - MICROPROCESSADOR RISC/FLASH DE ALTA VELOCIDADE; - AUTOTESTE; - INVERSOR SINCRONIZADO COM A REDE (SISTEMA PLL). - CIRCUITO DESMAGNETIZADOR; - LED COLORIDO NO PAINEL FRONTAL; - ALARME AUDIOVISUAL; - BOTÃO LIGA/DESLIGA TEMPORIZADO COM FUNÇÃO MUTE; - GABINETE PLÁSTICO ANTICHAMA. - FUSÍVEL REARMÁVEL. - POTÊNCIA: NO MÍNIMO 1.800 VA</p>	UNIDADE	5,00
0020	<p>NOTEBOOK 2021: PROCESSADOR PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 6 CORES E MÍNIMO DE 6 THREADS; CLOCK REAL DE MÍNIMO DE 3.00 GHZ, MÍNIMO DE CACHE L2 OU L3 DE 8 MB E FSB DE, NO MÍNIMO, DE 2400 MHZ; DE GERAÇÃO MAIS RECENTE COMERCIALIZADA NO BRASIL (AMD, INTEL OU SIMILAR) MEMÓRIA INSTALADA 8 GB; PADRÃO DDR4, CLOCK, DE MÍNIMO DE 2400 MHZ; DEVE IMPLEMENTAR TECNOLOGIA DUALCHANNEL; TELA DE TECNOLOGIA LED, NO MINIMO 15 POLEGADAS, ANTI REFLEXO; RESOLUCAO DE NO MINIMO 1366 X 768; BARRAMENTO DA CONTROLADORA DE VIDEO PADRAO PCI; CONTROLADORA DE VIDEO VGA OU SUPERIOR - 128 BIT; DE 1 GB OU SUPERIOR; DISCO RÍGIDO ARMAZENAMENTO DE PELO MENOS 500 GB; INTERFACE SATA 3.0 (6GB/S), COM TECNOLOGIA DE ESTADO SÓLIDO – SSD; PLACA DE REDE PLACA DE REDE WIRELESS PADRAO 802.11 B/G/N BATERIA BATERIA DE ÍON DE LÍTIO DE 09 CÉLULAS; COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO</p>	UNIDADE	7,00



0021	<p>PROJETOR MULTIMÍDIA BÁSICO (DATA SHOW): PROJEÇÃO FRONTAL, TETO E MESA. SITEMA DE PROJEÇÃO 3 (TRÊS) PAINÉIS LCD OU DLP, AMBOS ACIMA DE 3 (TRÊS) CHIPS E 1 (UMA) LENTE. PAINEL LCD DE 0,6 POLEGADA XGA, 2.356.296 PIXELS (1024 X 768) X 3 OU SUPERIOR. LENTE DE PROJEÇÃO ZOOM DE 1.0X A 1,2X, 16:9, LENTE: FOCO MANUAL/ F:1.50-1.72 OU SUPERIOR LÂMPADA 190W OU SUPERIOR, COM GARANTIA DE FUNCIONAMENTO DE NO MÍNIMO 90 DIAS. ATÉ 8 MIL HORAS DE VIDA UTIL DA LÂMPADA. COBERTURA DA TELA DE 30 A 300 POLEGADAS, SENDO CONSIDERADA A ÁREA VISÍVEL MEDIDA DIAGONALMENTE. SAÍDA DE LUZ 2900 LUMENS (LÂMPADA EM MODO NORMAL) OU SUPERIOR. CONTRASTE ATÉ 10.000:1. RESOLUÇÃO 1024 X 768 (XGA) OU SUPERIOR. INTERFACES 2X HDMI, 1X D-SUB, 1X MINI DIN, 1X VÍDEO COMPOSTO, 1X USB TIPO A, 1X USB TIPO B OU SUPERIOR. SINAL DE VIDEO ANALÓGICO: NTSC/ NTSC4.43/ PAL / M-PAL/ N-PAL / PAL60/ SECAM DIGITAL: 480I/ 576I/ 480P/ 576P/ 720P/ 1080I/ 1080P ALTO-FALANTE MONO, POTÊNCIA 1W OU SUPERIOR. ALIMENTAÇÃO VOLTAGEM: 100-240V ±10%, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ ITENS INCLUSOS LÂMPADA DE PROJETER (JÁ INSTALADA), BOLSA DE TRANSPORTE, CONTROLE REMOTO COM BATERIA INCLUSA, MANUAL DE INSTALAÇÃO E MÍDIA EM PORTUGUÊS. COMPATIBILIDADE O OBJETO DEVERÁ POSSUIR DRIVERS DE INSTALAÇÃO COMPATÍVEIS COM MICROSOFT WINDOWS E PELO MENOS UMA DISTRIBUIÇÃO DE LINUX E COMPATÍVEL COM O MAC. A COMPROVAÇÃO DA COMPATIBILIDADE SERÁ EFETUADA PELA APRESENTAÇÃO DE PROSPECTO DO FABRICANTE ESPECIFICAMENTE PARA O MODELO OFERTADO, QUE DEVERÁ ACOMPANHAR A PROPOSTA.</p>	UNIDADE	12,00
0022	<p>ROTEADOR 2021: ROTEADOR WIRELESS AC DUALBAND COM VELOCIDADE DE ATÉ 1200MBPS TECNOLOGIA DE CONEXÃO WI-FI INTEGRADO, ETHERNET PADRÃO DE CONEXÃO SEM FIO 802.11N, 802.11AC FONTE DE ALIMENTAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA</p>	UNIDADE	12,00
0023	<p>ROTEADOR WIRELESS 3G/4G, INTERFACE: PORTA USB 2.0 PARA MODEM LTE/HSPA+/HSUPA/HSDPA/UMTS/EVDO, 1 PORTA WAN 10/100MBPS, 4 PORTAS LAN 10/100MBPS, SUPORTA A AUTO-NEGOCIAÇÃO E AUTO-MDI/MDIX, VELOCIDADE 300MBPS,COMPATÍVEL COM MODEMS UMTS/HSPA/EVDO USB 3G/4G, FAILOVER 3G/WAN, SUPORTA AS CONEXÕES DE INTERNET PPOE IP DINÂMICO IP ESTÁTICO PPTP L2TP E CABLE TV, TIPO DE ANTENA: OMNIDIRECIONAL, DESTACÁVEL, SMA REVERSO, 2 ANTENAS DE 3DBI, PADRÕES WIRELESS: IEEE 802.11N, IEEE 802.11G, IEEE 802.11B</p>	UNIDADE	5,00



0024	ROTEADOR WIRELESS; 300MPS; 3 ANTENAS; SUPORTE AOS PADRÕES IEEE 802.11N, IEEE 802.11G, IEEE 802.11B (B/N/G); PADRÕES DE SEGURANÇA WPA / WPA2, WPA-PSK / WPA2-PSK / WEP DE 64/128/152-BITS BOTÃO WPS; ALIMENTAÇÃO POR CABO BIVOLT.	UN	5,00
0025	TECLADO 2021: ENHANCED BRASIL ABNT2, 104 TECLAS; POSSUI APOIO ERGONÔMICO; INTERFACE DE CONEXÃO USB; TECLADO DO MESMO FABRICANTE DA CPU E MANTER OS MESMOS PADRÕES DE CORES DO GABINETE;	UNID	84,00
0026	TECLADO PS2 MULTIMÍDIA COM TECLADO NUMÉRICO INCLUSO	UNIDADE	10,00
0027	TECLADO USB MULTIMÍDIA COM TECLADO NUMÉRICO INCLUSO	UNIDADE	10,00

AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
0003	COMPUTADOR COMPLETO. 2021: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS 1-PROCESSADOR 1.1-OS MÓDULOS INSTALADOS DEVEM SER HOMOLOGADOS PELA FABRICANTE OU SER DO MESMO FABRICANTE DO COMPUTADOR OFERTADO; 1.2-PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 6 CORES E MÍNIMO DE 6 THREADS; 1.3-CLOCK REAL DE MÍNIMO DE 3.00 GHZ, MÍNIMO DE CACHE L2 OU L3 DE 8 MB E FSB DE, NO MÍNIMO, DE 2400 MHZ; 1.4-DE GERAÇÃO MAIS RECENTE COMERCIALIZADA NO BRASIL (AMD, INTEL OU SIMILAR) 2- MEMÓRIA 2.1-INSTALADA 8 GB; 2.2-PADRÃO DDR4, CLOCK, DE MÍNIMO DE 2400 MHZ; 2.3-EXPANSÍVEL MÍNIMA DE 32GB; 2.4-DEVE IMPLEMENTAR TECNOLOGIA DUALCHANNEL; 2.5-PELO MENOS UM SLOT ESTEJA VAZIO E DISPONÍVEL PARA FUTURA EXPANSÃO. OBS.:CASO O EQUIPAMENTO TENHA DOIS SLOTS, ELE NÃO SERÁ ACEITO SE OS DOIS SLOTS ESTIVEREM POPULADOS COM UMA MEMÓRIA DE 4GB CADA (JÁ QUE NÃO RESTARÁ ESPAÇO PARA EXPANSÃO). 3-BIOS 3.1-BIOS FLASH ROM COM SUPORTE A FLASH RECOVERY (4 MB) E COMPATÍVEL COM PLUG & PLAY, SMBIOS 2.3.1, ACPI 2.0, WFM 2.0; 4-PLACA-MÃE 4.1-NÃO SERÃO ACEITAS SOLUÇÕES EM REGIME OEM OU PERSONALIZAÇÕES; 4.2 ARQUITETURA COMPACTA (MICRO-ATX, MINI ITX OU SIMILARES); 4.3-PORTA DE VÍDEO PADRÃO VGA INTEGRADA A PLACA-MÃE; 4.4-PELO MENOS UMA PORTA DE VÍDEO DE ALTA DEFINIÇÃO INTEGRADA À PLACA-MÃE; 4.5-UMA INTERFACE/CONTROLADORA DE VÍDEO EXTRA, SENDO CONECTOR 1 VGA OU DVI, MÍNIMO DE 2(DUAS) DISPLAYPORT, MÍNIMO DE 1(UMA) HDMI, INTEGRADO À PLACA-MÃE; 4.6-CONTROLADORA DE REDE GIGABIT ETHERNET 10/100/1000BASE-TX COM 01(UM) CONECTOR RJ-45, ONBOARD; 4.7-CONTROLADORA DE DRIVE COM 02 (DOIS) CONECTORES SATA 3.0 (6GB/S) E 01 (UM) CONECTOR SATA2.0 (3GB/S);	UNIDADE	58,00



4.8-ACOMPANHA: 02 (DOIS) CABOS SATA;
4.9-AO MENOS 01 (UM) SLOT PCI EXPRESS X1, X4 OU X16 NÃO POPULADO;
4.10-PELO MENOS 1(UMA) PORTA DE EXPANSÃO DE MEMÓRIA RAM NÃO POPULADA;
4.11-CONECTORES DE ÁUDIO DE ENTRADA (MIC / LINE-IN) E SAÍDA (SPEAKER / LINE-OUT), E INTERNOS (FONE DE OUVIDO E MICROFONE) PARA A PARTE FRONTAL DO EQUIPAMENTO, COMPATÍVEL COM ESPECIFICAÇÃO ÁUDIO HD, ON-BOARD;
4.12- MÍNIMO DE 6(SEIS) CONECTORES USB COM PELO MENOS 02 (DOIS) CONECTORES USB 3.0 OU SUPERIOR;
5-GABINETE
5.1-POSSUI SISTEMA DE CIRCULAÇÃO DE AR INTERNO OU SISTEMA DE RESFRIAMENTO SIMILAR;
5.2-POSSUIR CONECTORES FRONTAIS DE USB, MICROFONE E ÁUDIO;
5.3-NÃO SERÃO ACEITOS HUBS;
5.4-NÃO SERÁ ACEITO GABINETE TIPO MONOBLOCO (INTEGRADO AO MONITOR)
5.5-O GABINETE DEVERÁ TER CARACTERÍSTICAS “TOOL LESS”, ISSO É, NÃO HÁ NECESSIDADE DE USO DE FERRAMENTAS PARA: ABERTURA DO GABINETE E REMOÇÃO DE DISCO RÍGIDO, UNIDADE ÓPTICA E UNIDADE DE DISQUETE;
5.6-NÃO SERÃO ACEITAS ADAPTAÇÕES, TAIS COMO O USO DE PARAFUSOS RECARTEILHADOS;
5.7-O GABINETE BEM COMO TODOS OS SEUS COMPONENTES INTERNOS DEVEM ESTAR EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO INTERNACIONAL ROHS;
5.8-POSSUIR FERRAMENTAS DE DIAGNÓSTICO DE FALHA DE BOOT E COMPONENTES DE HARDWARE E SOFTWARE QUE FACILITEM O SERVIÇO DE AVALIAÇÃO E SERVIÇO DE SUPORTE, QUANDO NECESSÁRIO E CONVOCADO, CONFORME ABAIXO:
5.9.1-LEDS NO PAINEL FRONTAL DO GABINETE COM COMBINAÇÃO DE SINAIS PARA DIAGNÓSTICO DE FALHAS DE COMPONENTES DE HARDWARE COMO: PROCESSO DE PRÉ-BOOT P.O.S.T (POWER-ON SELF-TEST), BIOS, PROCESSADOR, PLACA-MÃE, MEMÓRIA RAM, PLACA DE VÍDEO, DISCO RÍGIDO, USB E ENTREGA DE SISTEMA OPERACIONAL, OU SE O FORNECEDOR POSSUI UMA FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO ROBUSTA O SUFICIENTE PARA OPERAR COM COMPONENTES VITAIS FUNCIONANDO PARCIALMENTE OU EM FALTA (TAIS COMO PROCESSADOR, MEMÓRIA RAM E PLACA-MÃE) ;
5.9.2-COMBINAÇÕES DE CÓDIGOS DE “BEEPS” QUE SINALIZEM INFORMAÇÕES PRÉVIAS DE FALHA DE BOOT DE COMPONENTES DE HARDWARE;
5.9.3-GRUPOS DE MENSAGENS DE ERRO NA TELA DO MONITOR QUE SINALIZEM INFORMAÇÕES PRÉVIAS DE FALHA DE BOOT DE COMPONENTES DE HARDWARE;
5.9.4-OPÇÃO DE FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO, FUNÇÕES DE TESTES RÁPIDOS E IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS DENTRO DA BIOS PARA NO MÍNIMO DRIVE DE DISCO E BOOT.
6-FONTE DE ALIMENTAÇÃO
6.1-POSSUIR EFICIÊNCIA DE 85% OU SUPERIOR A UMA CARGA NOMINAL DE 50%, COM TECNOLOGIA PFC ATIVO (ACTIVE POWER FACTOR CORRECTION);
6.2-FONTE DE ALIMENTAÇÃO DA MESMA MARCA DO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO, COM CONSUMO E POTÊNCIA DE MÍNIMO DE 180 WATTS REAL E NO MÁXIMO 260 WATTS REAL;
6.3-CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO BIVOLT 110/220 VAC - 50/60 HZ;
6.4-POSSUI PFC ATIVO;
6.5-PADRÃO ATX / BTX OU SUPERIOR;



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOTUMIRIM
BOTUMIRIM NÃO PODE PARAR, O TRABALHO CONTINUA
2021 - 2024



6.6-TOTAL COMPATIBILIDADE COM A PLACA-MÃE E COMPONENTES FORNECIDOS;
7-DISCO RÍGIDO
7.1-ARMAZENAMENTO DE PELO MENOS 500 GB;
7.2-INTERFACE SATA 3.0 (6GB/S), COM TECNOLOGIA DE ESTADO SÓLIDO - SSD;
8-ÁUDIO
8.1-ÁUDIO TIPO HIGH DEFINITION (HD) ÁUDIO;
8.2-POSSUIR ALTO-FALANTE DE NO MÍNIMO 01 WATT INTERNO AO GABINETE;
9-ADAPTADOR DE REDE
9.1-UM ADAPTADOR DE REDE ETHERNET 10BASET/100BASETX/1000BASET;
ESTE DOCUMENTO UTILIZA – TIPO: ECOFONT VERA SANS TAMANHO DO CORPO DO TEXTO 10 PARA IMPRESSÃO SUSTENTÁVEL
9.2-EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES IEEE 802.1P, 802.1Q,802.3, 802.3AB;
9.3-AUTOSENSE, COM CONECTORES TIPO RJ45;
10-MONITOR DE VÍDEO
10.1-TELA PLANA DE 19.5” (POLEGADAS) LED DO MESMO FABRICANTE DO EQUIPAMENTO;
10.2-DEVENDO SEGUIR O MESMO PADRÃO DE CORES DO GABINETE, SERÃO ACEITOS MONITORES EM REGIME DE OEM MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DO INTEGRADOR, GARANTINDO O FUNCIONAMENTO DO MESMO DURANTE A VIGÊNCIA DA GARANTIA, MANTENDO OS MESMOS PADRÕES DE GARANTIA DO GABINETE;
10.3-RESOLUÇÃO WXGA+ (1600X900);
10.4-DOT PITCH HORIZONTAL MÁXIMO DE 0.28 MM;
10.5-CONTRASTE ESTÁTICO DE 1000:1;
10.6-LUMINÂNCIA DE 250 CD/M²;
10.7-TEMPO DE RESPOSTA DE 5 MS;
10.8-POSSUI CONTROLES DIGITAIS PARA TODOS OS AJUSTES (BRILHO, CONTRASTE, TAMANHO, POSIÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL DA TELA).
10.9-SELETOR DE TENSÃO AUTOMÁTICO AC 100/240V -50/60HZ;
11-TECLADO
11.1-ENHANCED BRASIL ABNT2, 104 TECLAS;
11.2-POSSUI APOIO ERGONÔMICO;
11.3-INTERFACE DE CONEXÃO USB;
11.4-TECLADO DO MESMO FABRICANTE DA CPU E MANTER OS MESMOS PADRÕES DE CORES DO GABINETE;
12-MOUSE
12.1-MOUSE TIPO ÓPTICO;
12.2-CONEXÃO TIPO USB ;
12.3-RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 800 DPI;
12.4-DO MESMO FABRICANTE DO COMPUTADOR OFERTADO;
12.5-MESMO PADRÃO DE CORES DO GABINETE E DO MESMO FABRICANTE;
12.6- 3 BOTÕES COM SCROLL;
12.7-ACOMPANHA MOUSE-PAD;
12.8-TAMANHO PADRÃO PARA DESKTOP.



0013	<p>IMPRESSORA 2021: IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL MONOCROMÁTICA. - TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER; - CICLO DE NO MÍNIMO 50.000 PÁGINAS VELOCIDADE DE IMPRESSÃO: - A4: ATÉ 38 PPM - CARTA: ATÉ 40 PPM PRETO - SAÍDA DA PRIMEIRA PÁGINA: EM ATÉ 6,3 SEGUNDOS PRETO - DUPLEX PRINT SPEED A4: ATÉ 31 IPM RESOLUÇÃO DE CÓPIA: - PRETO: ATÉ 600 X 600 DPI (TEXTOS E GRÁFICOS) - COR: ATÉ 600 X 600 DPI (TEXTOS E GRÁFICOS) RESOLUÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO: - HARDWARE: ATÉ 1200 X 1200 DPI - ÓTICA: ATÉ 1200 X 1200 DPI - QUE PERMITA A DIGITALIZAÇÃO EM E-MAIL, IMAGEM, OCR E ARQUIVO; - DIGITALIZADOR RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO PRETO: - MÍNIMO 1200 DPI (APRIMORADO ATÉ 4800 X 600 DPI) CONNECTIVIDADE PADRÃO: - 1 X USB DE ALTA VELOCIDADE 2.0 - 1 X HOST USB TRASEIRO - 1 X PORTA USB FRONTAL - REDE GIGABIT ETHERNET LAN 10/100/1000BASE-T - RÁDIO WI-FI 802.11B/G/N/2,4/5 GHZ CAPACIDADE SEM FIOS: -BANDA DUPLA WI-FI INTEGRADA; AUTENTICAÇÃO VIA WEP, WPA/WPA2, WPA ENTERPRISE; CRIPTOGRAFIA VIA AES OU TKIP; WPS; WI-FI DIRECT; B</p>	UNIDADE	25,00
0020	<p>NOTEBOOK 2021: PROCESSADOR PROCESSADOR DE NO MÍNIMO 6 CORES E MÍNIMO DE 6 THREADS; CLOCK REAL DE MÍNIMO DE 3.00 GHZ, MÍNIMO DE CACHE L2 OU L3 DE 8 MB E FSB DE, NO MÍNIMO, DE 2400 MHZ; DE GERAÇÃO MAIS RECENTE COMERCIALIZADA NO BRASIL (AMD, INTEL OU SIMILAR) MEMÓRIA INSTALADA 8 GB; PADRÃO DDR4, CLOCK, DE MÍNIMO DE 2400 MHZ; DEVE IMPLEMENTAR TECNOLOGIA DUALCHANNEL; TELA DE TECNOLOGIA LED, NO MÍNIMO 15 POLEGADAS, ANTI REFLEXO; RESOLUCAO DE NO MINIMO 1366 X 768; BARRAMENTO DA CONTROLADORA DE VIDEO PADRAO PCI; CONTROLADORA DE VIDEO VGA OU SUPERIOR - 128 BIT; DE 1 GB OU SUPERIOR; DISCO RÍGIDO ARMAZENAMENTO DE PELO MENOS 500 GB; INTERFACE SATA 3.0 (6GB/S), COM TECNOLOGIA DE ESTADO SÓLIDO – SSD; PLACA DE REDE PLACA DE REDE WIRELESS PADRAO 802.11 B/G/N BATERIA BATERIA DE ÍON DE LÍTIO DE 09 CÉLULAS; COM FONTE DE ALIMENTAÇÃO</p>	UNIDADE	21,00

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. A realização de processo de licitação para este objeto se justifica pela aquisição dos equipamentos e materiais de informática, visa atender a demanda de informática de todas as secretarias



e departamentos e coordenadorias da Prefeitura Municipal de Botumirim/MG, no período de 12 meses.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520, de 2002, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos itens é de até **7 (sete) dias**, em conformidade com este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo setor de Compras do município. O local de entrega será acordado com a secretaria demandante.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;



5.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.2. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.2. DA ASSISTENCIA TÉCNICA E GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

6.2.1. Quando não constar na referência a garantia do equipamento, será exigida **garantia mínima de 12 (doze) meses**, considerando aquelas exigidas e previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e alterações – Código de Defesa do Consumidor, bem como dos encargos previstos a Contratada/Detentora neste Edital.

6.2.2. O serviço de assistência técnica autorizada deve ser prestado preferencialmente dentro dos limites do Estado de Minas Gerais para manutenção preventiva e corretiva, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas dos fabricantes, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso.

6.2.3. Caso seja necessário o transporte do equipamento até a autorizada, será feito por conta da CONTRATADA, sem ônus para o Município de Botumirim/MG.



6.2.4. Entende-se por manutenção corretiva, aquela destinada a remover os defeitos de fabricação apresentados pelos equipamentos compreendendo substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

6.2.5. Os chamados relativos à assistência técnica serão solicitados mediante consulta ao fornecedor, conforme sistema disponibilizado pelo mesmo para estabelecimento desta relação, podendo ser por telefone, pessoalmente, via web, desde que, em comum acordo com a administração pública municipal.

6.2.6. O prazo para realizar os serviços de assistência técnica, compreendendo reparos e substituições de peças, obrigando-se a colocar o equipamento em perfeito estado de funcionamento, será no máximo de 15 (quinze) dias corridos contados a partir da solicitação da Prefeitura Municipal de Botumirim/MG.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da



contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.14. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira.

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;



13.2.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Botumirim/ MG, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.2.8. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.3.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.3.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.3.5. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



13.3.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.3.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.3.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.3.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município.

Botumirim/MG, 20 de maio de 2021.

JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO

Aprovação do Termo de Referência:

ANA PEREIRA NETA
PREFEITA MUNICIPAL



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 037/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021

RAZÃO SOCIAL/NOME:

CPF/CNPJ:

ENDEREÇO: _____

CIDADE: CEP: _____

TELEFONE:

DADOS BANCARIOS (preenchimento não obrigatório):BANCO: AGENCIA: CONTA:

NOME DO SIGNATÁRIO (para assinatura da ata de rp/contrato):

CPF: IDENTIDADE:ESTADO CIVIL: _____

ENDEREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA DO PRODUTO

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$.....()

OBSERVAÇÕES:.....

Declaramos, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeito fornecimento dos produtos, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunística do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do Edital; enfim, tudo o que for necessário para os serviços/entrega dos produtos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município.

Declaramos igualmente, que:

Temos pleno conhecimento dos produtos/serviços a serem entregues/executados;

Recebemos do Município de Botumirim/MG todas as informações necessárias a elaboração da nossa proposta;

Estamos cientes dos critérios de pagamento especificados no edital, com eles concordamos plenamente;

Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar a ata de Registro de Preços/contrato dentro do prazo estabelecido, contada da data de notificação do Município de Botumirim/MG bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura, sob pena das sanções cabíveis;



Declaramos que os preços apresentados e os lances que vier a formular não são preços inexequíveis ou superfaturados, estando em consonância com o mercado.

Declaramos que esta proposta tem o prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias.

DATA: / /

NOME

Representante Legal da Licitante



ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2021

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO LICITADOR QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE NOS TERMOS DO ARTIGO 32, PARÁGRAFO 2º, E ARTIGO 97 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, E ALTERAÇÕES SUBSEQUENTES.

_____ EM, ___ DE _____ DE 2021.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO
ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. V DO ART. Nº 27 DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, ACRESCIDO PELA LEI Nº 9.854, DE 27 DE OUTUBRO DE 1999, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()1.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

1 Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.
(MODELO)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2021

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU



INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DO MUNICÍPIO DE BOTUMIRIM/MG, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2021.

REPRESENTANTE LEGAL



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2021

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], DECLARA, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() MICROEMPRESA – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES , ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:



ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;

A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: _____



ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2021

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG

AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE _____/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ___ DE _____ DE 2021.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO. (MODELO)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 037/2021**

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº.....,
LOCALIZADA À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº
10.520/02, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE
CERTAME LICITATÓRIO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG – PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 011/2021-SRP

....., DE DE 2021.

REPRESENTANTE LEGAL



ANEXO IX – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 011/2021.

O Município de Botumirim, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade de Botumirim- MG na Rua Jose da Cruz, 09 - bairro Centro, inscrito no CNPJ sob o Nº: 18.017.418/0001-77, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Senhora Ana Pereira Neta portadora do CPF: 073.794.446-38 residente e domiciliado neste município, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Federal nº 7.892/2013 aplicando-se em todo o caso as normas ao município de Botumirim/MG, e demais disposições legais aplicáveis, resolve **registrar os preços** apresentado pela empresa <<FORNECEDOR>>, inscrita no CNPJ sob o nº <<CNPJ>>, situada na <<ENDERECO>>Bairro <<BAIRRO>>, <<CIDADE>>/<<UF>>, a seguir denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, neste ato representada por seu Sócio <<REPRESENTANTE>>, inscrito no CPF sob o nº <<CPFREPRESENTANTE>>, classificada em 1º lugar, no Processo Licitatório nº 037/2021, na modalidade Pregão Eletrônico nº 011/2021, do tipo menor preço por item, em regime de empreitada por preços unitários, nos termos das cláusulas e condições que seguem:

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto <<OBJETO>>, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº 011/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.2. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

3. VALIDADE DA ATA.

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO.



- 4.1.** A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 4.2.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.3.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.4.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.4.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.5.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.5.1.** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 4.5.2.** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.6.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.7. O REGISTRO DO FORNECEDOR SERÁ CANCELADO QUANDO:**
- 4.7.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.7.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.7.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 4.9. O CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS PODERÁ OCORRER POR FATO SUPERVENIENTE, DECORRENTE DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, QUE**



PREJUDIQUE O CUMPRIMENTO DA ATA, DEVIDAMENTE COMPROVADOS E JUSTIFICADOS:

4.9.1. Por razão de interesse público; ou

4.9.2. A pedido do fornecedor.

5. DAS PENALIDADES.

5.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

5.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

5.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

6. CONDIÇÕES GERAIS.

6.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

6.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

BOTUMIRIM/MG, ___ de _____ de 2021.

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....,
QUE FAZEM ENTRE SI
O(A)..... E A
EMPRESA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG por intermédio do(a) (órgão) contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado .., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo PREFEITA MUNICIPAL, Sr^a....., portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20...., por Sistema de Registro de Preços nº 0000/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de <<OBJETO>>, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					



2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do município, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

<<DOTAÇÃO>>

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.



9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.,

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Grão Mogol/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

BOTUMIRIM/MG, de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA